



TJ Notícias

INFORMATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO • 2ª Edição • Janeiro de 2011

TRIBUNAL PRESTA CONTAS DA GESTÃO



Nos primeiros meses à frente do Judiciário, o presidente Jamil Gedeon instruiu suas equipes de apoio a realizar um diagnóstico da situação da Justiça estadual. Diante da realidade encontrada, definiu ações estruturais, a fim de agilizar procedimentos e eliminar burocracias. Com o diagnóstico, foi possível direcionar os recursos para o reaparelhamento das comarcas.

No segundo semestre da gestão, foram realizadas reuniões de trabalho com juízes nos sete polos judiciais do Estado –Caxias, Bacabal, Pinheiro, São João dos Patos, Imperatriz, Chapadinha e São Luís– para prestar contas da gestão e discutir as ações estratégicas.

Durante as reuniões, Gedeon apresentou números sobre as nomeações de servidores; aquisições de materiais e equipamentos; informatização dos serviços e obras de engenharia.

De janeiro a dezembro, foram nomeados 310 servidores concursados. Mais de 2.600 equipamentos foram entregues após a realização

de 83 processos licitatórios. Os prédios-sede das comarcas, construídos ou reformados, receberam mobiliário novo, sendo distribuídos mais de 1.200 móveis, dentre mesas, cadeiras, longarinas, estantes e outros.

Jamil Gedeon transmitiu aos juízes uma mensagem de otimismo e confiança nos rumos do Judiciário nos próximos anos. Afirmou que o Poder está passando por uma nova fase, um momento de mudança de cultura, de planejamento, de modernização das ações e de organização para melhoria dos serviços. “Prestar um serviço digno ao cidadão é nosso dever. Para isso, precisamos estar comprometidos com as mudanças que esse novo momento traz”, enfatizou.

Planejamento - Nos encontros, mereceram destaque as ações realizadas pelo Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE). A juíza Sônia Amaral, coordenadora do Núcleo, abordou os avanços obtidos com o planejamento e apre-

sentou as ações já concretizadas e os resultados obtidos até agora nas áreas de gestão de pessoal, estrutura física das unidades, tecnologia da informação e responsabilidade social desenvolvidas pelo Tribunal.

Ela afirmou que o planejamento do Poder Judiciário está focado na sociedade e na melhoria dos procedimentos internos, com atenção especial aos recursos humanos, financeiros e materiais. “Hoje, podemos pensar na continuidade das ações, pois o planejamento prevê ações para serem executadas até 2014”, salientou.

Foram destacadas as medidas de valorização dos servidores, como planos de capacitação, gratificações por produtividade, gestão por competência e o programa de qualidade de vida, além das metas e ações traçadas para os próximos quatro anos.

Foi posto em discussão o estudo da Diretoria de Recursos Humanos que trata da distribuição dos cargos. Com mais de 80% dos servidores

lotados na Justiça de 1º grau, o objetivo é reordenar a lotação desses servidores, adequando às necessidades das unidades.

A proposta prevê uma reformulação da Resolução Nº 26/2009, que define o número de cargos efetivos em cada comarca. Dessa forma, a lotação das unidades será realizada a partir de critérios como número de processos distribuídos e julgados, considerando, também, o contexto das comarcas, os termos judiciários, população, área geográfica, distância dos termos e o grau de litígio.

O juiz Adolfo Pires, diretor do Fórum de Imperatriz, maior comarca do interior, disse que a reunião é uma oportunidade de resolver as pendências existentes. “Com a presença do Tribunal, temos a oportunidade de ver o que é necessário para garantir o cumprimento das nossas metas”, lembrou.

continua na pág. 4

PÁGINA **2** TJ publica calendário de feriados forenses

PÁGINA **3** Serviço móvel do Juizado do Trânsito é reativado

PÁGINA **6** Manual orienta pagamento de fornecedores

PÁGINA **8** Tribunal modifica cargos e vencimentos de servidores



EDITORIAL



Chegamos ao final do primeiro ano de gestão, contabilizando o saldo positivo dos avanços obtidos na administração da máquina judiciária.

Com base na execução do planejamento estratégico de 2009, concretizamos um leque de medidas,

em diversas áreas, que contribuíram para modernizar, racionalizar e otimizar os serviços da Justiça na primeira e na segunda entrâncias.

As nossas ações foram focadas em três perspectivas: gestão dos recursos, melhoria dos processos internos e da prestação jurisdicional.

Elegemos a estruturação da Justiça de 1º grau como prioridade, direcionando para as comarcas, varas e juizados boa parte dos investimentos feitos em retorno à arrecadação do FERJ.

Entre outras medidas, lançamos um pacote de mais de 80 licitações para construção e reforma de fóruns e entregamos novas unidades; adquirimos mobília e computadores; nomeamos três centenas de servidores e capacitamos milhares deles na capital e no interior; implementamos novas rotinas e procedimentos nas secretarias judiciais.

Em comparação às outras cortes de igual porte, estamos bem situados nas estatísticas nacionais. No programa Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, fomos colocados no primeiro lugar em produtividade, alcançando o percentual de 144% de julgamento no ano passado.

Outro dado relevante é que 90% da nossa força de trabalho está lotada nos setores que desenvolvem a prestação jurisdicional, nossa atividade fim.

Esses e outros indicadores demonstram que o Poder Judiciário do Maranhão vive um momento novo, com perspectivas de crescimento e de melhoria dos seus serviços.

Com a participação e o apoio de todos, estamos certos de que o último ano da gestão será decisivo para concretizarmos os demais projetos almejados em prol de uma Justiça mais célere, eficiente e efetiva.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

TRIBUNAL PUBLICA CALENDÁRIO FORENSE

Feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente na Justiça estadual serão, agora, conhecidos um ano antes das suas respectivas datas. O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, instituiu, por meio do ato nº 12, de 18 de novembro de 2010, o calendário de todas as datas em que não haverá expediente, durante o exercício 2011.

Com a medida – aprovada pelo Pleno, em sessão administrativa do dia 7 de novembro de 2010 – os magistrados, advogados, servidores e partes processuais terão condições de planejar previamente suas atividades, especialmente em relação às audiências e ao plantão judiciário.

Nos dias em que houver suspensão de expediente forense, o mecanismo de apreciação dos requerimentos judiciais permanecerá como de “natureza urgente” e seguirá através dos plantões.

As horas não trabalhadas – obedecendo ao cronograma do calendário de feriados – poderão ser com-

pensadas em período oportuno no mesmo exercício, à razão de uma hora por dia, a critério da presidência do TJ. Já os pontos facultativos, instituídos pelo Poder Executivo, não obrigam a compensação pelo Poder Judiciário.

Calendário - A Assessoria de Comunicação do TJMA produziu um calendário de mesa (foto) para o ano 2011, com os feriados e dias de ponto facultativo, que inclui também as datas de aniversário dos municípios, informadas pela Associação dos Municípios do Estado do Maranhão, e os dias de sessão plenária e das câmaras.



COMARCAS COM NOVOS SERVIDORES

A prioridade estabelecida pela atual gestão do TJMA para a Justiça de 1º grau, também se estendeu às nomeações de servidores e juizes.

Dos 945 candidatos aprovados em concurso convocados pelo Poder Judiciário em 2010, 309 tomaram posse e estão em efetivo exercício. A maioria foi nomeada para trabalhar em comarcas de entrâncias inicial e intermediária no interior do estado e apenas 8 ficaram na capital.

Nas duas convocações para vagas de servidores realizadas no segundo semestre de 2010 foram chamados 481 candidatos. No mesmo período, oito novos juizes concursados foram nomeados também para cidades do interior, juntando-se aos 10 nomeados no primeiro semestre.

Apesar da prioridade, muitas vagas para servidores do TJMA não foram ocupadas. Uma convocação para o cargo de analista judiciário, por exemplo, oferecia 17 vagas; apenas quatro foram preenchidas. De 19 vagas para oficial de justiça, sete deixaram de ser ocupadas.

O diretor de Recursos Humanos do TJMA, Aurino Rocha, credita a dificuldade em preencher vagas em algumas comarcas principalmente à falta de interesse de candidatos em morar em municípios distantes da capital.

Segundo o diretor, dos 945 aprovados no

último concurso realizado em 2009, 182 são do interior, 104 de outros estados e 659 de São Luís.

Os novos regulamentos de concursos públicos para cargos de servidores e magistrados do Poder Judiciário, aprovados pelo Pleno em novembro de 2010, têm a intenção de acabar com a deficiência do não preenchimento de vagas.

Com o certame regionalizado, o candidato que fizer concurso para uma comarca irá concorrer apenas às vagas daquela localidade de abrangência.

Se a comarca já estiver com todas as vagas preenchidas, o candidato passará a concorrer, automaticamente, às vagas em outras comarcas do mesmo polo regional. Somente se todas as comarcas do polo estiverem ocupadas é que ele irá concorrer a vagas em todo o estado.

“A realização de concurso por polo judicial estimula que o candidato da região participe do concurso. Ele faz as provas sabendo que vai residir na região onde mora”, avalia Rocha.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

Des. José Stélio Nunes Muniz

Des. Raimundo Freire Cutrim

Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa

Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Des. Raimunda Santos Bezerra

Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos

Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa

Des. Raimundo Nonato de Sousa

Des. Jaime Ferreira Araújo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo

Des. José Bernardo Silva Rodrigues

Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho

Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juizes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins, Fernando
Coelho, Irma Helenn, Joelma Nascimento,
Juliana Mendes, Paulo Lafene e Orquídea Santos

Fotos:
Ribamar Pinheiro / Asscom



SERVIÇO MÓVEL DO JUIZADO DO TRÂNSITO É REATIVADO



Após quatro anos paralisado, o serviço móvel do Juizado Especial do Trânsito (JET) de São Luís voltou funcionar na região metropolitana da capital. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, reativou o serviço ao entregar dois novos veículos ao juiz José Eulálio Almeida, no dia 9 de novembro, em frente à sede do TJ.

O Tribunal investiu R\$ 233 mil na aquisição das duas unidades, estruturadas com sala de audiência climatizada e equipada com mesa, computador, impressora e assentos para conciliador, oficial de justiça, perito e policial militar. Uma parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado viabilizou a cessão de estagiários do ICRIM para colaborar na elaboração de laudos periciais e realização de treinamentos.

No local do acidente, a equipe do Juizado realiza a perícia, emite laudo verbal, promove a audiência de conciliação e o acordo entre as partes envolvidas. Se há entendimento, o conflito é resolvido na mesma hora. O acordo é lavrado, assinado pelas partes e inserido no sistema processual. O atendimento dura, em média, 1 hora. Não havendo acordo, o caso é levado ao JET para o juiz sentenciar, seguindo o rito normal do processo – mais demorado e custoso para as partes.

Acidentes com morte são de responsabilidade do Instituto de Criminalística (ICRIM), mas o TJMA estuda a viabilidade de parceria pela qual o Juizado cuidará do dano material. O dano pessoal aos condutores do veículo ficará à cargo do ICRIM.

Estatísticas oficiais do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) registram mais de 20 mil mortes por ano ocorridas no trânsito. Boa parte dos acidentes não chega a ser registrada, por dificuldades da polícia ou por falta de interesse das partes. Em São Luís, dois mil novos veículos são emplacados ao mês.

Com base nas estatísticas, surgiu a necessidade de se buscar alternativas para solução dos conflitos decorrentes de acidentes de trânsito com lesão corporal e que evitassem o ajuizamento da demanda. Com essa finalidade, o Judiciário instituiu em 1995 o Juizado Especial de Trânsito de São Luís e, no ano de 2000, na gestão do desembargador Jorge Rachid, instalou o serviço móvel do órgão.

“Honramos mais um compromisso com a Justiça de 1º Grau, fortalecendo a ação do juizado na solução dos conflitos, antes mesmo que eles cheguem a se tornar mais um processo”, assinalou o presidente do TJMA, Jamil Gedeon, na solenidade de entrega das unidades.

Segundo o juiz José Eulálio, o serviço dá transparência e efetividade à ação do juizado. “É tudo o que o jurisdicionado quer”.

O serviço conta com o apoio da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Prefeitura Municipal e Polícia Rodoviária Federal. O atendimento abrange os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e parte da BR-135.

O atendimento funciona de segunda a sexta, das 8h às 18h, podendo ser acionado pelos telefones 8815-8346/8878-3003/3243-1029 (JET).

TRIBUNAL INVESTE 2,8 MILHÕES EM CAPACITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Maranhão vem fazendo importantes investimentos na capacitação dos servidores, objetivando modernizar e garantir maior celeridade e qualidade aos serviços forenses.

De acordo com informações da Diretoria Financeira, recursos orçamentários da ordem de R\$ 2.875.905,00 foram comprometidos este ano, sendo empenhados R\$ 2.704.439,00 em cursos de capacitação internos e externos, passagens, hospedagens e diárias, pagamento de instrutores e monitores e outras ações de educação corporativa voltadas para uma melhor qualificação profissional necessária ao aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

Os recursos são oriundos dos orçamentos do Tribunal de Justiça do Maranhão, Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), e da Corregedoria Geral da Justiça.

Segundo a Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira, cerca de três mil servidores dos polos de São Luís, Imperatriz, Pinheiro, Bacabal, Caxias, São João dos Patos foram capacitados nas áreas de informática, gestão de pessoas e de processos, português, redação jurídica, técnicas de arquivo, licitação e contratos, direito notarial e registral, entre outros.

Em um dos treinamentos promovidos pelo TJMA, a equipe da Coordenadoria de



Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância (CPAD) recebeu, em Brasília, durante o XI Congresso de Direito Disciplinar, o Diploma de Mérito em reconhecimento ao trabalho de modernização do sistema de controle da disciplina de servidores no Tribunal.

Cerca de 50 servidores das diretorias geral e administrativa, informática, recursos humanos, engenharia, Corregedoria, Escola da Magistratura, Ferj, auditoria, assessoria de comunicação e cerimonial participaram de um curso sobre Gestão e Fiscalização de Contratos, normas para a aquisição de bens, prestação de serviços e execução de obras.

O curso teve carga horária de 80 horas. O objetivo foi promover a formação e atualização dos servidores que atuam ou podem atuar diretamente com as modalidades de licitação, debatendo a aplicação e jurisprudência da legislação vigente.

A intenção do TJMA é aumentar para 40%, até 2014, o índice de capacitação nas competências estratégicas, atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação e aplicar 4% do valor do orçamento executado em capacitação.



COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA REDUZ GASTOS NO TJ

magistrados, servidores, terceirizados e estagiários.

Para se ter uma idéia da redução do consumo, a diretoria de RH imprimia, por mês, cerca de 500 ofícios. Cada documento era copiado duas a três vezes. A redução foi de quase 60%.

Para controlar a tramitação dos processos administrativos, a Diretoria de Informática e Automação desenvolveu o sistema Digidoc, que simplifica a movimentação processual entre as diretorias do TJ e permite a emissão e tramitação eletrônica de documentos.

O novo sistema é acessado pela internet e notifica o usuário dos atos registrados. Não será mais necessário deslocar-se até o setor de protocolo para dar entrada em requisições.

Essa movimentação “on-line” tem garantida a sua autenticidade pela certificação digital, uma espécie de reconhe-

cimento de firma virtual, igual ao que ocorre nos cartórios. A validação é feita por autoridades legitimadas do Tribunal, que passam a assinar digitalmente, sem a necessidade de tornar físicos os arquivos.

O TJMA entregou, em novembro de 2010, certificados digitais a 227 magistrados, a serem utilizados na assinatura de atos processuais em formato eletrônico. O diretor de Informática e Automação do TJMA, Paulo Rocha Neto, disse que, além de aumentar a segurança, a certificação diminuiu o custo e o tempo de tramitação processual.

A medida atende ao estabelecido na Meta 8 do CNJ, que prevê o cadastramento de todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais.

Malote Digital - Outra medida adotada foi o uso do malote digital, intuitivo

lado de Hermes pelo CNJ e distribuído pelo Conselho aos tribunais para agilizar a comunicação dos atos processuais e administrativos feitos aos órgãos superiores e entre os mesmos. Em cada setor tem uma pessoa responsável pela utilização do programa.

Outra prática em crescente uso é a adoção de manuais eletrônicos, destinados aos públicos interno e externo e disponibilizados para consulta na internet.

Este ano, já foram produzidos o Manual de Pagamento para Fornecedores e Prestadores de Serviços, pela diretoria financeira, o Guia Prático para Gestão de Gastos Públicos e Responsabilidade Ambiental - todos disponíveis para consulta na internet.

Além de contribuir para a redução no consumo, a iniciativa garante mais celeridade e segurança à tramitação dos processos e documentos, economizando recursos e evitando fraudes e extravios. É o Judiciário maranhense adaptado à realidade virtual.

O TJMA contribui para incentivar a conscientização ambiental no âmbito do Judiciário maranhense. Visando reduzir gastos com papel, energia, combustível, telefone e água, a presidência determinou, em julho de 2010, que toda a comunicação interna fosse feita preferencialmente por via eletrônica.

A medida encampa a Meta Prioritária de nº 6, fixada pelo Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu, até dezembro de 2010, a redução de pelo menos 2% do consumo dos recursos (per capita) por



TELEJUDICIÁRIO: 13 ANOS DE BONS SERVIÇOS

Por meio do telejulgatório (0800 707 1581) e do e-mail telejulgatorio@tjma.jus.br, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) estabelece canais de comunicação com a população. O serviço registrou, de janeiro a dezembro de 2010, um total de 39.737 consultas.

A procura já ultrapassou os números de 2009 em mais de 10 mil ligações. A expectativa do chefe da Divisão do Telejulgatório, Fábio Martins, é de que esse número aumente, em decorrência das melhorias na estrutura física e da aquisição de novos equipamentos e móveis para o setor, realizadas na atual gestão. A reforma deixou os servidores mais motivados.

A ampliação do atendimento aos servidores, a partir de consultas a processos administrativos, férias, restituições e folha de pagamento, por exemplo, também contribuiu para o alcance do público interno com a oferta de novas consultas.

“Além das melhorias na infraestrutura, estamos trabalhando no sentido de ampliar o atendimento do telejulgatório, com a criação de novos canais de comunicação” afirmou Fábio Martins.

Entre os serviços mais procurados estão a localização das salas, setores, fóruns e comarcas do TJMA, seguido dos endereços e telefones. As publicações dos diários oficiais são as menos procuradas. O trabalho abrange, ainda, as consultas jurídicas de processos de 1º e 2º grau, julgados especiais, turmas recursais, plantões e resoluções, composição do Judiciário, além de outras informações.

As denúncias e reclamações sobre os serviços forenses que chegam ao Telejulgatório são encaminhadas à Ouvidoria do TJMA, por meio dos formulários preenchidos pelas atendentes com dados do solicitante e a demanda apresentada.

Instalado em novembro de 1997, o Telejulgatório completou 13 anos de serviço e é um dos três órgãos existentes na Região Nordeste, além do Ceará e da Paraíba.

Nos outros estados nordestinos, apenas as Ouvidorias atuam como canal de comunicação com a sociedade. O Telejulgatório funciona com o apoio de 16 atendentes em horários alternados, das 8h às 18h.



Telejulgatório

0800-707-1581

Informação - Sugestão - Denúncia



Polo de Chapadinha - 26/10



Polo de Imperatriz - 18/10



Polo de São João dos Patos - 15/10

Segundo o juiz Júlio Praseres, do polo de Pinheiro, “antes tínhamos ações pontuais, agora temos perspectiva de futuro”, o que o deixa mais motivado a trabalhar, com a garantia da continuidade das ações.

A juíza Gabriela Everton, do polo de Bacabal, disse que a iniciativa da presidência valoriza a participação de magistrados e servidores na elaboração das ações. “O acompanhamento da direção permite o conhecimento das realidades locais”, disse.

Já para a juíza do polo de São João dos Patos, Gisa Mendonça, o planejamento tem sido

a tônica da atual administração. “Observamos atualmente uma direção gestora, que planeja, executa e acompanha as ações”, afirmou.

Para o diretor do Fórum de Caxias, juiz Paulo Afonso, os magistrados se sentem valorizados e comprometidos em melhorar o desempenho de suas atividades. “Na minha avaliação estamos avançando na prestação da Justiça e isso se deve ao modelo adotado na atual gestão”, disse.

Presente à reunião do polo de Imperatriz, o desembargador José Luiz Almeida parabenizou a iniciativa e disse estar certo de que a ação só trará benefícios ao Judiciário. “A atitude de promover

encontros regionais para discutir a gestão com os juizes trará excelentes dividendos para a Justiça estadual”, afirmou.

No encerramento das reuniões, no polo de São Luís, Jamil Gedeon destacou que a Justiça está passando por uma reformulação e que o processo de construção de um novo modelo do Judiciário está aberto à participação de magistrados e servidores.

“Estamos construindo uma base sólida fundamental para o futuro do Judiciário maranhense”, concluiu.



Polo de Caxias - 20/09



Polo de Bacabal - 21/09



Polo de Pinheiro - 05/10

CONTROLE DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, em outubro de 2010, o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Judiciário, que estabelece normas para o sistema de controle das infrações disciplinares e os procedimentos a serem adotados na instauração, instrução e julgamento de sindicâncias e processos. O objetivo é moralizar e promover o correto funcionamento do Judiciário, adotando-se medidas eficientes, visando controlar e evitar possíveis irregularidades no âmbito do Poder.

Os procedimentos compõem o Manual Disciplinar, lançado durante a realização do Seminário Nacional “Meios Alternativos de Resolução de Incidentes Disciplinares”, em São Luís. O evento reuniu representantes de órgãos públicos de 12 estados brasileiros e foi coordenado e ministrado pelo professor de Direito, Léo da Silva Alves, que há vinte anos treina os quadros do Governo Federal, do Congresso Nacional, dos tribunais superiores, de governos estaduais, de autarquias e de empresas públicas de todo o país.

O jurista reconheceu o mérito da iniciativa do TJMA de instituir a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindi-

câncias e o Regulamento Disciplinar dos Servidores. “Ambas as iniciativas demonstram a visão de modernidade e planejamento do gestor. Uma atitude que merece o nosso reconhecimento e funciona como uma referência para todo o país”, ressaltou.

O regulamento, com 57 artigos, leva em consideração a necessidade de adequação das normas regimentais e administrativas à legislação vigente; de responder com presteza, celeridade e segurança jurídica aos incidentes disciplinares; e o fato de que a lei deve ser interpretada em harmonia com princípios constitucionais, como a eficiência.

A resolução estabelece que o controle disciplinar dos servidores será realizado com base na prevenção, correção, ajustamento de conduta e aplicação de sanções. A política prevê que o TJMA e a Corregedoria Geral da Justiça implantarão programa de prevenção à prática de infrações, inclusive com realização de reuniões setoriais para diagnosticar situações de risco, difusão da necessidade de eficiências nos serviços prestados e esclarecimentos aos servidores quanto ao cumprimento de seus deveres.



Manual Disciplinar
Poder Judiciário do Maranhão





TRIBUNAL CUMPRE EM UM ANO 33% DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Poder Judiciário do Maranhão está determinado a alcançar seus objetivos buscando formas eficientes de realizar suas atividades. Para isso, estabeleceu o seu planejamento estratégico. Para acompanhar a execução das ações, o Tribunal de Justiça (TJMA) realiza, a cada três meses, a Reunião de Avaliação da Estratégia.

Das 450 ações planejadas até 2014, já foram concretizadas 150, o que corresponde a 33% do previsto em menos de um ano de trabalho.

Participam do encontro, diretores, coordenadores, assessores, desembargadores e representantes da Associação dos Magistrados e do Sindicato dos Servidores, que compõem os comitês executivo e gestor.

Após a realização dos três encontros, foi possível verificar avanços em áreas estratégicas, que vão possibilitar a concretização de diversas ações no ano de 2011.

A primeira etapa de avaliação foi realizada no mês de maio. Como medidas de valorização dos servidores, foram apresentados o aumento do auxílio-alimentação e do auxílio-saúde, e a implantação de canais de comunicação mais eficientes para melhorar a relação com os públicos interno e externo.

As ações incluíram a contratação de 94 estagiários, o alinhamento do plano plurianual ao planejamento estratégico, a estruturação do setor médico-odontológico e a economia de combustível em 100%.

O segundo encontro aconteceu em julho. Na reunião, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, destacou as ações no âmbito do 1º Grau, definido como prioridade no início da gestão. Falou da melhoria na distribuição e gestão de materiais e equipamentos, visando a atender às necessidades das comarcas. Nessa reunião, foi apresentada a proposta de criação da Fundação de Cidadania e Justiça, que irá administrar os projetos

sociais “Casa da Criança” e a “Casa Abrigo”. Outro projeto criou a gratificação anual de servidores por produtividade. Todos aprovados pelo Comitê Gestor recebendo, também, no dia 07 de dezembro, a aprovação da Assembleia Legislativa.

Foram tratadas, ainda, as propostas de reestruturação organizacional e definição de competências das unidades administrativas



do Judiciário; definição dos fluxos de processos administrativos; a intensificação do trabalho para erradicar o sub-registro e a falta de registro, além da informatização e instalação de postos de registro no interior.

Tiveram destaque, ainda, os esforços feitos para o alcance das 10 metas prioritárias do Judiciário brasileiro e o aumento da arrecadação e regulamentação de concessão dos benefícios da Justiça gratuita nas esferas judicial e extrajudicial.

Na terceira e última reunião, foram abor-

dados os resultados alcançados na gestão em diversas áreas. O reaparelhamento da Justiça em todo Estado, com a aquisição de equipamentos e mobiliário e o investimento em infraestrutura física e de informática. A nomeação de 310 servidores e as ações na área de recursos humanos que visam à valorização do quadro de pessoal. Servidores e magistrados foram capacitados conforme as necessidades

destaque foi o aumento da fiscalização para controle do pagamento de custas em 206 cartórios extrajudiciais pelo Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (FERJ).

Foram reformulados os editais e termos de referência, relativos às contratações de obras e serviços prestados ao Tribunal. Antes, os procedimentos referentes às licitações extrapolavam em exigências, o que dificultava a participação e diminuía o interesse da classe empresarial, prejudicando a realização dos serviços de engenharia do Judiciário. “Com isso, o TJMA viabiliza a concorrência e a participação dos interessados nos processos de licitação”, explicou a diretora geral, Alessandra Darub.

“Hoje temos mais autonomia e agimos com maior transparência. Há cerca de dez anos o Judiciário estadual não dispunha de servidores concursados, não falava em planejamento e não havia proposta orçamentária. Vivemos outros tempos, com uma Justiça mais atuante, que desenvolve suas ações com o apoio dos servidores”, afirmou o presidente.

Membro do Comitê Gestor, o desembargador Stélio Muniz acompanhou a apresentação das ações e elogiou o trabalho desenvolvido. “Estou satisfeito com os trabalhos realizados. O Maranhão nunca teve, no Judiciário, uma linha para seguir como tem atualmente”, ressaltou.

A coordenadora do Núcleo de Planejamento, juíza Sônia Amaral, ressaltou que o planejamento é alterado conforme as necessidades e destacou o novo modelo de gestão baseado em metas, que está sendo estruturado para o ano de 2011.

Com a execução das estratégias, o Poder Judiciário do Maranhão está construindo condições para o prosseguimento das suas atividades e resgatando sua credibilidade junto à sociedade.

MOROSIDADE PROCESSUAL É A PRINCIPAL QUEIXA NA OUVIDORIA

Inaugurada em 8 de novembro de 2010, a Ouvidoria do Poder Judiciário, que já atendia a população desde o mês de julho do mesmo ano, registrou em cinco meses 91 atendimentos. Demandas em que os usuários do Judiciário maranhense deram suas sugestões e também fizeram reclamações e denúncias sobre os serviços prestados pelos órgãos da Justiça no Maranhão.

Criada pela Resolução 20/2010, a Ouvidoria funciona na Casa da Justiça e Cidadania, no térreo do Shopping Jaracati, das 8h às 18h, e tem como ouvidor titular o desembargador José Bernardo Rodrigues. O ouvidor substituto é o desembargador Cleones Carvalho Cunha.

As demandas ao órgão podem ser apresentadas pessoalmente ou por meio de formulário eletrônico, disponível no site do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), e, ainda, através de ligação telefônica gratuita pelo 0800-7071581, que é do Telejuiciário, mas também funciona como suporte ao trabalho da Ouvidoria.

Aumento das demandas – Nos meses de julho e agosto foram recebidas duas reclamações, uma em cada mês. Em setembro, foram registradas 10 e em outubro, 12 ligações.

A partir de novembro, as solicitações aumentaram para 67, das quais 64 após a inauguração da sede. O meio de contato mais acessado no período foi o formulário eletrônico que pode ser encontrado no site do TJMA, pelo link da Ouvidoria.

Para o ouvidor, desembargador José Bernardo, o aumento das demandas ocorreu porque as pessoas passaram a ter um local de referência para enviar suas solicitações e saber informações sobre seus processos, além de apresentar sugestões. Ele citou também a própria divulgação feita pelo TJMA como um fator importante para o aumento da procura, além dos vários canais de acesso – pessoalmente, carta, telefone, e-mail e carta.

Principais solicitações - Entre as recla-

mações recebidas mensalmente pelo órgão, 54 delas se referiram à morosidade processual quanto aos atos que impulsionam o processo, como despachos, sentenças, cumprimento de mandados por parte da secretaria ou oficial de justiça e até mesmo a realização de cálculos pelo setor de contabilidade ou pelo secretário judicial.

De acordo com o desembargador José Bernardo, as sugestões para solução dessas demandas estão sendo apresentadas aos juízes, a partir de um diálogo respeitoso entre a Ouvidoria e os magistrados.

Ele ressaltou que essa questão está associada ao grande número de processos que alguns juízes têm para analisar, a falta de um número suficiente de juízes e servidores e o excesso de ações em que as pessoas precisam exercer seus direitos.

“Tudo está sendo feito no sentido de diminuir o peso contra o cidadão e as complicações que ele enfrenta quando precisa do Poder Judiciário”, concluiu.



Horário de Atendimento
2ª a 6ª Feira | 8h às 18h

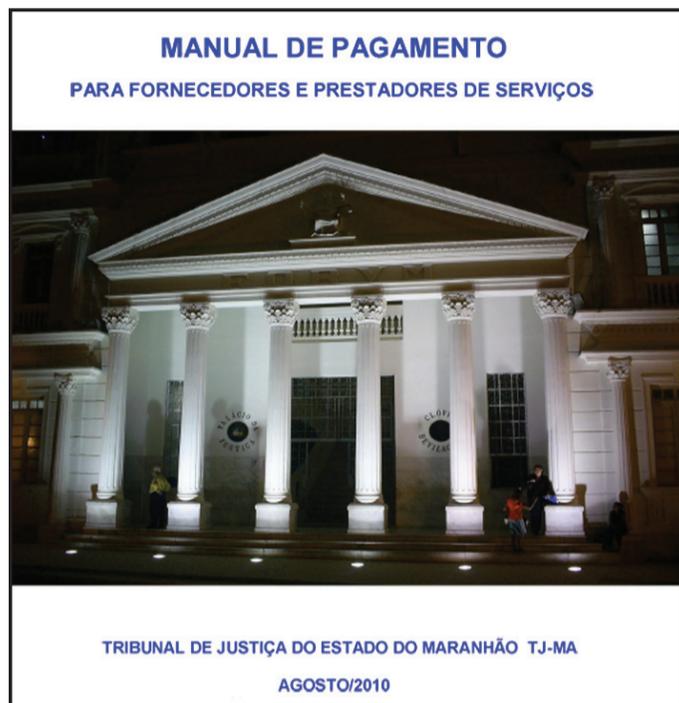
Subsolo do Shopping Jaracati

Av. Carlos Cunha, 3000, Jaracati
São Luís, Maranhão

0800 707 1581



MANUAL ORIENTA FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS



a regularidade e o bom andamento dos processos de pagamento.

O manual esclarece alguns conceitos como fornecedor, prestador de serviço, dotação orçamentária, nota de empenho, ordem bancária e restos a pagar. Ao final, apresenta o fluxograma dos processos de pagamento, com as etapas da tramitação que o processo segue.

Segundo o diretor financeiro, Luis Carlos Calvet, com o lançamento do manual a expectativa é de tornar mais ágeis os procedimentos de pagamento

à empresas, empregando-se ao serviço público a eficácia e a eficiência previstas constitucionalmente e cada vez mais exigidas pela sociedade.

A elaboração e divulgação da primeira edi-

ção do Manual do Fornecedor tem o propósito de orientar as empresas credoras acerca dos procedimentos que devem ser observados para tornar os processos de pagamento mais céleres. Também contribuirá para a melhoria dos serviços de apoio administrativo, com reflexo no aprimoramento da prestação jurisdicional oferecida à comunidade.

O texto foi elaborado pelo servidor Fernando Antonio Carvalho Marques – Coordenador de Finanças, em conjunto com a equipe da diretoria financeira.

Parceria - O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e a juíza auxiliar da Presidência, Sônia Amaral, se reuniram com o Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon), João Alberto Mota Filho, a fim de firmar parceria com vistas à disseminação do Manual do Fornecedor.

Em reunião no dia 2 de setembro o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Maranhão (Sinduscon) se comprometeu a divulgar o Manual do Fornecedor entre o empresariado local.

O presidente do Sinduscon, João Alberto Mota Filho parabenizou o Tribunal pela inicia-

tiva: “Naturalmente há dificuldades na compreensão de alguns procedimentos do setor público. Essa parceria vai facilitar a contratação e a prestação dos serviços”, disse.

Na avaliação do presidente Jamil Gedeon a parceria vai permitir a atuação mais rápida do Tribunal para atender demandas referentes às reformas e construções. “Com a adoção dos novos procedimentos de contratação para construção e reforma, os serviços da justiça poderão ser prestados com mais rapidez e conforto ao cidadão”, disse.

A juíza Sônia Amaral, coordenadora do planejamento estratégico, informou que o manual cumpre uma das ações estratégicas. “Estamos trabalhando internamente para diminuir a burocracia e implantar um modelo adequado à realidade e que permita a efetiva participação dos empresários da construção civil de nosso estado”.

Consulta - A versão eletrônica do manual está disponível para consultas no site do TJMA, onde o conteúdo recebeu contribuições. Para acessar, basta entrar na página www.tjma.jus.br, ir até a guia “Acesso Rápido”, clicar em Manual do Fornecedor e fazer o download do arquivo em formato pdf.

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS REVISAM SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADAS

O Tribunal de Justiça realizou, em julho de 2010, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, audiências concentradas para revisão da situação pessoal e processual de crianças e adolescentes abrigadas em instituições no Maranhão.

As audiências foram realizadas, em São Luís, pelos juízes José Américo Abreu Costa (1ª Vara da Infância e Juventude) e Wlaciir Barbosa Magalhães (2ª Vara da Infância e Juventude), e em Imperatriz, pelo juiz Delvan Tavares Oliveira.

O trabalho conjunto realizou 62 audiências no Estado, analisando 89 casos de crianças e adolescentes acolhidas em abrigos de São Luís e Imperatriz. Destas, 18 retornaram para suas famílias de origem.

Além das crianças que puderam ser entregues aos pais mediante termo de guarda, houve casos em que a decisão foi pelo prosseguimento da ação de destituição de poder familiar, a manutenção do acolhimento nos abrigos ou a colocação em famílias substitutas, por guarda, tutela ou adoção.

Participaram das audiências representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar, a equipe interdisciplinar da Vara (psicólogos e assistentes sociais) e os diretores das instituições de acolhimento.

CNJ - As audiências concentradas, que passam a acontecer a cada seis meses, se-

guiram recomendação estabelecida pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por meio de instrução normativa, o Conselho disciplinou a adoção de medidas protetivas de acolhimento, considerando a necessidade de padronizar o atendimento de crianças e adolescentes sob o regime no país, objetivando a implementação de políticas públicas que garantam a medida apenas em caráter transitório e excepcional.

Para a coordenadora da Infância e da Juventude e vice-presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, o mutirão de audiências foi muito proveitoso por ter retirado várias crianças das casas de abrigo e as colocado de volta na própria família ou em famílias substitutas.

“O trabalho gerou grande movimentação e redução do número de processos de guarda e adoção”, destacou a vice-presidente.

Outra vantagem, segundo a desembargadora, é a diminuição considerável do número de menores abrigados em instituições para o cumprimento de medidas socioeducativas, com a revogação ou a alteração das medidas.

A magistrada lembrou que o mutirão contou com o esforço dos juízes, que estão sempre dispostos a realizar audiências e a trabalhar sem acúmulo ou atraso nos processos.

Abrigos de São Luís: Casa Sonho de Criança, SVAM - Turu, SVAM - Vila Riod, Casa de Passagem, Educandário Santo Antonio, Lar de José, Pouso da Esperança e Casa da Criança Menino Jesus.

Abrigos de Imperatriz: Casa de Passagem, Casa Lar e PROMANA





CONSTRUÇÕES E REFORMAS RENOVAM AS UNIDADES DA JUSTIÇA DE 1º GRAU

Novas comarcas, varas e juizados criados pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), através de leis complementares, foram instalados no 2º semestre de 2010. A melhoria do serviço jurisdicional na primeira instância da Justiça estadual foi um dos compromissos assumidos pelo presidente do TJMA, Jamil Gedeon, ao tomar posse, em dezembro de 2009.

Além de novos fóruns modelo-padrão, o Poder Judiciário está implantando mecanismos de controle, novas rotinas e procedimentos uniformes nas secretarias judiciais, que estão racionalizando e dinamizando o trabalho da justiça estadual em todas as comarcas.

Os critérios para as inaugurações seguem Resolução do TJMA, que prevê estrutura básica de móveis, equipamentos de informática e pessoal, para propiciar condições de trabalho e acomodações dignas para os jurisdicionados, magistrados e funcionários.

O Tribunal realizou licitação e firmou contrato com empresas para realização de manutenção predial em todas as unidades do Judiciário maranhense. O Estado foi dividido em sete polos regionais, onde cada um possui uma empresa contratada para realização dos serviços de manutenção e adaptações.

Construções - Em 2010 foram iniciadas as construções dos novos fóruns das comarcas de Alto Parnaíba, Caxias, João Lisboa, Loreto, Mirinzal, São Mateus e a 2ª etapa do anexo de São Luís.

Licitações - Em processo de licitação, para o início da construção, estão os fóruns de Buriticupu, Carutapera, Colinas, Matões, Mirador, Morros, Rosário, Santa Helena, Salão do Júri de Penalva, Santa Inês e Timon.

Reformas - Já passam por obras de reforma, para adequação e modernização das instalações, os fóruns de Amarante, Bom Jardim, Coroatá, Montes Altos e o 6º Juizado Cível de São Luís e o anexo da Assembleia Legislativa.

Reparos - Também foram contemplados com reparos os prédios de Bacabal, Brejo, Buriti Bravo, Codó, Magalhães de Almeida, Santa Luzia do Paruá, Sucupira do Norte e Tutóia.

Calendário de Obras



Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal de Pinheiro (27/08)



Instalação da comarca de Olinda Nova (19/11)



Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras (03/12)



Construção do fórum da comarca da Raposa (08/10)



Instalação do Juizado Especial Cível e Criminal de Codó (22/11)



Instalação da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (09/12)



Reforma do 4º Juizado Cível de São Luís (16/11)



Reforma do fórum da comarca de Imperatriz (25/11)



Inauguração do fórum da comarca de Maracaçumé (10/12)



Sede do Juizado São José de Ribamar (18/11)



Inauguração do fórum da comarca de Carolina (26/11)



Instalação da 3ª Vara de São José de Ribamar (15/12)

Licitações para 2011

Comarca	Obra	Data
São José de Ribamar	Reforma e ampliação do Fórum	31 de janeiro
Matões	Construção do Fórum e do Salão do Júri	02 de fevereiro
Morros	Construção do Fórum e do Salão do Júri	04 de fevereiro
Rosário	Construção do Fórum e do Salão do Júri	08 de fevereiro
Santa Helena	Construção do Fórum e do Salão do Júri	10 de fevereiro
Colinas	Construção do Fórum e do Salão do Júri	14 de fevereiro



Inauguração do fórum da comarca de Estreito (26/11)



Instalação da comarca de Morros (16/12)



TRIBUNAL CRIA E EXTINGUE CARGOS NO JUDICIÁRIO

Quatro projetos de lei complementar propostos pelo TJMA e aprovados pela Assembleia Legislativa no segundo semestre criam e extinguem cargos no Poder Judiciário, propõem aumento salarial, estabelecem critérios para gratificações de servidores e juízes e institui a Fundação Pública da Justiça e Cidadania.

Em outubro, o Pleno do Tribunal aprovou o projeto de criação da gratificação mensal para o juiz que exerce a função de diretor de fórum. São múltiplas as atribuições administrativas que decorrem do exercício da função, dentre elas, fiscalizar os serviços administrativos, acompanhar os gastos das verbas públicas, fixar normas para uso de telefones oficiais e conceder licenças de até 30 dias a funcionários, dentre outras.

Cargos – Em novembro, o TJMA aprovou projeto de lei criando 41 cargos e extinguindo outros 289 nos quadros do Judiciário estadual. Também estabeleceu critérios para a concessão de gratificações de atividade e por produtividade dos servidores.

A criação de 41 cargos de analista judiciário para a Justiça de 1º grau visa suprir as comarcas por não haver previsão legal de cargo com essa qualificação. Também serão criadas seis funções gratificadas para a Comissão Permanente de Sindicância do Tribunal.

O projeto extinguiu 256 cargos de auxiliar de serviços operacionais, e prevê a extinção, a vagar, de 33 cargos efetivos de auxiliar judiciário - especialidade motorista, para en-

xugar a máquina administrativa e prestigiar o Plano de Cargos e Carreiras já instituído, que não contempla essas denominações. Também reduz, inicialmente, de 18 para 12, a quantidade de simbologias (níveis) de cargos comissionados, até serem reduzidas a 10, a partir de janeiro de 2012.

O Poder Judiciário dispôs, em 10 de janeiro de 2011, por meio de Resolução (nº 59/2010), sobre a concessão mensal de Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ).

Jornada - Somente os servidores efetivos poderão optar pela gratificação mensal (GAJ) de 20% sobre o vencimento do cargo. A opção implicará obrigatoriedade da jornada de trabalho de oito horas diárias ou sete ininterruptas, e a execução de atividades diferenciadas de suas funções, conforme resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Já a Gratificação por Produtividade será concedida anualmente a servidores efetivos e comissionados que cumprirem metas de produtividade. As unidades irão concorrer entre si para alcançar e ultrapassar as metas, e os grupos mais eficientes deverão ser premiados com a gratificação, difundindo o trabalho em equipe e otimizando a eficiência no serviço público.

A GPJ será paga na razão direta e proporcional ao alcance dos resultados. O projeto ainda prevê a equiparação gradual dos salários dos secretários judiciais, atualmente com vencimentos proporcionais às entrâncias em que trabalham: inicial, intermediária e final.

A gratificação de representação atribuída ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão aumenta de 20% para 40% do vencimento do cargo efetivo.

O adicional por tempo de serviço, à razão de 5% a cada cinco anos, passa a ser devido para o tempo de efetivo serviço público estadual. Antes, o tempo contado para o quinquênio referia-se apenas ao tempo de serviço público no Judiciário. O limite máximo é de 35%, incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Reajuste - Na mesma sessão administrativa do TJMA foi aprovado o projeto que dispõe sobre o reajuste dos valores remuneratórios da tabela salarial dos servidores efetivos e comissionados. De acordo com o projeto, os valores ficam reajustados para os cargos comissionados em 3%; em 4,33% para as funções gratificadas e cargos de analista judiciário, oficial de justiça e comissário de justiça; e 5% para os cargos de técnico e auxiliar judiciário.

Fundação – a Fundação irá subsidiar a promoção da cidadania na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades

de suporte à proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e de crianças e adolescentes em situação de risco ou de adoção.

A receita da Fundação será constituída por dotações consignadas da Lei Orçamentária do Estado, de auxílios e subvenções concedidas



por entidades de direito público e privado, rendas de quaisquer espécies produzidas por seus bens e atividades, contribuições provenientes de entidades nacionais e internacionais, saldos financeiros, dentre outras.

Os projetos foram entregues pelo presidente do TJ, Jamil Gedeon, ao presidente da Assembleia, Marcelo Tavares, em 23 de novembro (foto). Todos os projetos foram sancionados pelo governo estadual em 2010 e transformados em lei.

PROGRAMA “COMEÇAR DE NOVO” GANHA PRÊMIO INNOVARE



O Maranhão foi o primeiro Estado a adotar o programa “Começar de Novo”, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e realizado pelo Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O programa tem como objetivo facilitar a reinserção de presidiários no mercado de trabalho, após o cumprimento da pena, por meio de ações que estimulem as empresas e a sociedade, de um modo geral, a empregar essas pessoas. Oferece educação e capacitação profissional para deixar os ex-presidiários aptos para conseguir uma ocupação e, dessa forma,

prontos para o retorno ao convívio social.

O Grupo liderado pelo desembargador Fróz Sobrinho foi criado para acompanhar e fiscalizar as ações, garantindo o sucesso da iniciativa. Participam dele três juízes, representantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública e Secretaria de Segurança do Estado.

Benefícios - De janeiro a outubro de 2010, 947 apenados foram cadastrados no programa e receberam acompanhamento com psicólogos e assistentes sociais. Além disso, foram encaminhados ao “Viva Cidadão” para retirar registro de nascimento, carteira de identidade, CPF e carteira de trabalho. Ações como essas tornaram possível aos beneficiários do programa fazerem cursos profissionalizantes e retornarem ao estudo e ao trabalho.

“A ideia é providenciar o que for necessário para que os cadastrados e suas famílias tenham a chance de mudar de vida. Às vezes, quem está saindo da prisão não tem sequer um documento. Então, antes de garantir a volta ao mercado de trabalho, é preciso providenciar a documentação e outras necessidades maiores”, diz o desembargador.

Mais de 65 pessoas que já cumpriram pena ou estão presas em regime semiaberto foram inseridas no mercado de trabalho. Márcio Ferreira Silva, 33 anos, um dos beneficiados, está trabalhando no TJMA, mas já trabalhava no setor de serviços gerais na penitenciária de Pedrinhas.

Parceiros - Apoiam o programa Começar de Novo, Governo do Estado; Prefeituras de São Luís e Imperatriz; Procuradoria Geral de Justiça; Banco do Nordeste; Sinduscon-MA; Viluma Engenharia; Dimensão Engenharia; LN Construções; Nojasa Transporte e Logística e Estrutural Forros e Divisórias.

Os parceiros contribuem não só com a oferta de vagas de trabalho e estágio, mas também com ações na área de saúde, assistência social, educação e capacitação profissional. A celebração de termos de parcerias inclui ainda: Sebrae, Senac, Sesi/Senai, Fiema, TRT, TRE e faculdades Santa Teresinha (Imperatriz) e São José (Timon).

Das atividades realizadas no desenvolvimento do programa constam cursos de cabeleireiro, corte e costura, manicure, pedicure, doces e salgados, panificação e decoração de festas infantis. Foram ainda disponibilizados, aos beneficiados, mutirões de saúde

e convênios educacionais de incentivo à alfabetização e conclusão do Ensino Fundamental e Médio.

O grupo realiza um diagnóstico da situação civil dos encarcerados. Suas habilidades profissionais auxiliam no encaminhamento aos canteiros de obras na capital.

Premiação - O Programa foi uma das práticas vencedoras do VII Prêmio Innovare (foto), entregue no dia 3 de dezembro de 2010, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. O coordenador nacional do projeto, juiz Erivaldo Ribeiro dos Santos, recebeu uma placa de menção honrosa.

O desembargador Fróz Sobrinho, compareceu à premiação, ao lado do juiz Douglas Melo, membro do grupo, e da coordenadora do Núcleo de Assistência aos Encarcerados da Corregedoria Geral da Justiça, Marilene Aranha.

O Instituto Innovare identifica, premia e dissemina práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça brasileira.